

A ANÁLISE DA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS A SUSTENTABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS - PARAÍBA

Josefa Jozaelsan da Silva*
Gilvan Dias de Lima Filho**

RESUMO

Este artigo tem por objetivo evidenciar, a sustentabilidade social, como mecanismo de melhoria da qualidade de vida e de busca de uma Gestão Pública Sustentável e mais justa, que vise à defesa dos direitos, anseios e necessidades dos cidadãos e da sociedade como um todo. Inicialmente, o artigo traz um breve histórico a cerca da sustentabilidade, ainda evidencia alguns aspectos como: concepção de desenvolvimento sustentável, dimensões da sustentabilidade, sustentabilidade social, pobreza e exclusão, sustentabilidade social nas políticas pública de Caraúbas. O mesmo ainda se justifica pela necessidade de formação de uma gestão municipal mais justa e eficiente que abranja as necessidades da sociedade e busque de uma maior interação e responsividade, com a sociedade a fim de melhorar a qualidade de vida local. A metodologia adotada foi: aplicação de questionários, realização de entrevistas, visita as comunidades envolvidas, meios que visão à informatização da sociedade a cerca do tema, na parte descritiva foram utilizadas fontes como: sites, artigos, livros e autores na área, sendo a pesquisa de caráter quali-quantitativa, descritiva e exploratória, visando elaborar o diagnóstico local. Por fim, foi feita uma análise dos resultados e das conclusões quanto à importância da temática em nossos dias, bem como para sociedade e os desafios ainda enfrentados na contemporaneidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade Social; Gestão Pública Sustentável; Qualidade de Vida.

ABSTRACT

This article has for objective to evidence, the social sustentabilidade, as mechanism of improvement of the quality of life and search of a Sustainable Public administration and more joust, that it aims at to the defense of the rights, desires and necessities of the citizens and the society as a whole. Initially, the article brings a historical briefing about the sustentabilidade, still evidences some aspects as: conception of sustainable development, dimensions of the sustentabilidade, social sustentabilidade, poverty and exclusion, social sustentabilidade in the politics public of Caraúbas. The same still if it justifies for the necessity of formation of a municipal management more efficient joust and that encloses the necessities of the society and searches of a bigger interaction and responsividade, with the society in order to improve the local quality of life. The adopted methodology was: application of questionnaires, accomplishment of interviews, visits the communities involved, half that vision to the computerization of the society about the subject, in the descriptive part had been used sources as: sites, articles, books and authors in the area, being research of the quali-quantitative, descriptive and exploratória character, aims at to elaborate the local diagnosis. Finally, an analysis of the results and the conclusions how much to the importance of the thematic one in our days is made, as well as for society and the challenges still faced in the contemporaneidade.

Keywords: Social Sustentabilidade; Sustainable public administration; Quality of Life.

* Josefa Jozaelsan da Silva – Graduado em Tecnologia em Gestão Pública pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: jozaelsansilva@hotmail.com

**Gilvan Dias de Lima Filho – Doutor em Educação Brasileira, pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Mestre em Economia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Professor Adjunto da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Pesquisador do Núcleo de Pesquisa Política, Cidadania e Gestão Pública da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: gilvandl@ufcg.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade corroborar para a implementação da sustentabilidade social nas políticas públicas do município de Caraúbas - PB, por meio de uma Gestão Pública Sustentável que deve ser balizada nos pilares da: equidade material, igualdades de oportunidades, melhor distribuição de renda e justiça social, que como somatório resulte em um crescimento acoplado a ações desenvolvimentistas e sustentáveis.

Como contexto, a partir das transformações capitalistas, o modo de vida do homem e o seu próprio espaço urbano sofreram diversas modificações. Neste cenário, surge à sustentabilidade, termo que provém do latim *sustentare* (sustentar, apoiar, conservar, cuidar). Inicialmente, este conceito relacionava-se quase que exclusivamente às questões ambientais, não levedando em consideração às dimensões econômicas, financeiras, culturais, ecológicas, políticas, espaciais ou territoriais e sociais. Contudo, no presente, o termo está intimamente relacionado com a responsabilidade social das organizações, onde é utilizada como parte da estratégia organizacional, detectando alguns problemas, como: a desigualdade social, a exclusão pessoal e o uso excessivo de recursos por uma parte da população. Entretanto, o conceito de sustentabilidade vai bem além da explicação da realidade, pois exige aplicações práticas. Sendo assim a cada dia ela estende sua abrangência e importância.

Observa-se assim, que vários problemas capitalistas podem ser combatidos no âmbito da sustentabilidade, pois ela busca a melhoria da qualidade de vida da população, uma maior equidade na distribuição de renda, bem como a diminuição da exclusão social, com a participação e a organização popular. Dessa forma, a gestão pública é um importante setor de busca por mudanças nos panoramas da sociedade. Portanto, pensar de maneira socialmente sustentável não implica apenas na aplicação de recursos financeiros para desenvolvimento de projetos e/ou programas sociais, mas em uma mudança de atitude por parte tanto dos gestores públicos, como da sociedade em si.

Dentro desse contexto, este trabalho justifica-se pela necessidade de formação de uma gestão municipal mais justa e eficiente que possa atender as necessidades da sociedade contemporânea, tendo em vista todos os avanços da tecnologia; acontecimentos que estão induzindo o desenho de uma nova realidade social, resultado de fenômenos econômicos, políticos, culturais e sociais, exigindo assim dos administradores públicos uma maior interação e responsividade, com a sociedade a fim de melhorar a qualidade de vida, buscando elementos que, diante dos desafios propostos na atualidade, conduzam o município a um estágio favorável, tanto, para gerações presentes quanto futuras.

Desse modo, mostra-se fundamental levar os moradores de cada localidade a necessidade de redescobrir formas de apreciar o desenvolvimento local, estimulando entre os mesmos, atitudes que contribuam para o seu crescimento de forma sustentável. No caso de

Caraúbas (cidade em estudo), o cenário empírico caracteriza-se por apresentar uma forte desigualdade social, demonstrando carências sociais e econômicas para a grande maioria de sua população, bem como, a inexistência da participação coletiva na elaboração, execução e avaliação das ações públicas.

Como metodologia, para a realização do artigo foram utilizando diversos instrumentos tais como: questionário, entrevistas, visitas as comunidades envolvidas, meios que visão à contextualização do panorama social em estudo. Para atingir os objetivos propostos neste trabalho, os procedimentos pretenderam desenvolver primeiramente um levantamento mais empírico sobre a realidade local da cidade de Caraúbas em suas dimensões: econômica, demográfica, político institucional, ambiental, cultural e social. Definindo os impactos que as mesmas causam no desenvolvimento seja ele municipal e/ou comunitário.

A pesquisa foi de caráter quali-quantitativa, descritiva e exploratória, visando elaborar o diagnóstico local. Salienta-se que a ações públicas tanto na zona urbana quanto na zona rural do município de Caraúbas foram pesquisadas, para isso foram aplicados questionários nas duas áreas onde se buscou observar as ações efetivas da prefeitura e as disparidades a respeito do tema. Na zona rural os questionários foram destinados à comunidade residente do Sítio Campos, por ser o sítio mais importante e desenvolvido da cidade.

Na parte descritiva desse projeto foram utilizadas fontes como: *sites*, artigos, livros e monografias. Os principais autores utilizados foram: Juarez de Paula, 2008; H. Saul Becker, Trad. Maria Luiza X. De A. Borges; Karina Kuschnir, 2009; Sergio C. Buarque, 2008; Eduardo Fagnani, 2009; Ezio Manzini, 2008. Adriano Murgel Branco; Márcio H. Bernardes Martins, 2007.

Por fim, foi apreciado que a sustentabilidade é um admirável instrumento para o desenvolvimento local, social e sustentável fazendo-se dessa maneira uma necessidade a indagação da seguinte questão: **Como implementar a Sustentabilidade Social nas políticas públicas do município de Caraúbas - Paraíba?**

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: introdução, embasamento teórico: desenvolvimento sustentável; sustentabilidade e suas dimensões; sustentabilidade social e pobreza e exclusão social; sustentabilidade social nas políticas públicas de Caraúbas, estudo de caso com análise de resultados, considerações finais, referências e apêndice.

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O consumo massificado baseado no uso extensivo de energia-não renovável, na exploração de mão-de-obra, no uso extensivo dos recursos naturais, ou seja, na degradação ambiental como um todo, imperou por muito tempo na sociedade moderna, porém tal

sociedade não poderá se manter em longo prazo com padrões de produção e consumo tão nocivos ao meio ambiente.

Dessa forma o meio acadêmico, intelectuais e teóricos bem como vários grupos sociais começaram a alertar para uma nova realidade, onde os recursos naturais (renováveis ou não) são bens finitos e limitados, os quais precisam ser utilizados de forma equilibrada, indicando assim limites ao consumo e o uso dos recursos naturais (DIEGUES, 1992). Uma vez que seu esgotamento por meio da exploração demográfica, da poluição e da degradação dos ecossistemas implicaria na diminuição da qualidade de vida das sociedades dos países industrializados, daí sua preocupação em controlar os aspectos negativos da industrialização. Mostrando-se assim necessário a revisão do conceito de desenvolvimento, que não fica restrito apenas como sinônimo de crescimento econômico, mas incorpora o sentido e efeitos dos impactos ambientais.

Sendo assim o termo “desenvolvimento sustentável” emerge a partir da segunda metade do século XX, através de estudos realizados pela Organização das Nações Unidas – ONU sobre mudanças climáticas. O desenvolvimento sustentável surge em resposta às preocupações, da humanidade perante a crise social e ambiental, isto é, problemas decorrentes do crescimento populacional, da poluição atmosférica, e do antagonismo entre crescimento produtivo x desenvolvimento social.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, é um marco na divulgação dos problemas ambientais, um evento que centrou a ideia de desenvolvimento sustentável. A principal contribuição desse evento foi o relatório de *Brundtland* que passou a ser um instrumento de suma importância nas discussões posteriores sobre sustentabilidade (MENDES, 2007).

O Relatório *Brundtland - Our Common Future* (1987), trouxe novos elementos ao debate sobre o desenvolvimento sustentável dentro do contexto político e econômico de desenvolvimento, fortalecendo o tema na agenda política, bem como, sancionando a posição do tema do meio ambiente na agenda política internacional. O relatório ainda chamou a atenção de grande parte da população mundial sobre a necessidade de se conquistar o desenvolvimento econômico, sem a causar danos ao meio ambiente e sem reduzir os recursos naturais. Ele também traz três princípios básicos a serem cumpridos: proteção ambiental, desenvolvimento econômico e equidade social.

No relatório de *Brundtland* ainda é evidenciada uma das definições mais difundidas do conceito de desenvolvimento sustentável: é aquele que atende as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (ESTENDER e PITTA, 2007).

Em 1972 o centro das discussões da Conferência de Estocolmo, o Clube de Roma, também publicou “Limites do Crescimento”, mostrando a ameaça de um colapso do modelo de crescimento vigente, decorrente da produção industrial baseada nos recursos naturais não renováveis, afirmando assim a insustentabilidade da industrialização e de seus avanços, da produção de alimentos e da poluição. Diante desse cenário, houve uma reação imediata tanto dos países industrializados como subdesenvolvidos, assim como uma maior propagação da ideia de desenvolvimento sustentável no âmbito internacional (BATISTA e ALBUQUERQUE, 2007).

Em nosso país, por volta da década de oitenta, houve a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente e a formulação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Mesmo assim, as ações do governo continuam limitadas a áreas específicas, atuando na resolução de problemas ocasionados pela inexistência de políticas voltadas a regulação do uso dos recursos naturais.

A Agenda 21 foi outro documento, criado com o intuito de disseminar o desenvolvimento sustentável pelo mundo, desenvolvida na Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável no Rio de Janeiro, a “Rio 92”. Este encontro foi quem mais conseguiu difundir o conceito de desenvolvimento sustentável. Após sua realização foram formadas organizações e diversas conferências pelo mundo (como a de Johannesburgo na África do Sul) destinadas a acentuar as alterações sobre degradação e economia.

De forma geral, nota-se o desenvolvimento sustentável como fator crucial na busca por respostas aos problemas enfrentados pela sociedade global, bem como nos novos rumos que a humanidade tem que percorrer, sempre pautados na busca de uma qualidade de vida que respeite a resiliência do planeta, ou seja, a capacidade de um sistema restabelecer seu equilíbrio, após ter sido rompido.

2.1 Sustentabilidade e suas dimensões

Nas últimas décadas a sustentabilidade tornou-se um tema com caráter de extrema importância. Desde a conferência mundial sobre o meio ambiente Rio-92, sua evolução não só no Brasil, mas em várias partes do mundo tem se tornado constante. Nesse contexto várias possibilidades vem sendo discutidas como problemas e oportunidades, trilhando caminhos para conservar os recursos naturais em consonância com a capacidade de produção e renovação, bem como, associando equidade entre o consumo e o produção agregada, na busca pela minimização dos danos irreversíveis de deterioração. Sobre isso Bellen (2003, p. 72 –73), afirma:

A sustentabilidade exige que se passe da gestão dos recursos para a gestão da própria humanidade. Se o objetivo é viver de uma maneira sustentável, deve-se assegurar que os produtos e processos da natureza sejam utilizados numa velocidade que permita sua regeneração. [...] A sustentabilidade requer um padrão de vida dentro dos limites impostos pela natureza. Utilizando uma metáfora econômica, deve se viver dentro da capacidade do capital natural.

Ressalta-se que atualmente vem se tornando necessário a ampliação não só da concepção de sustentabilidade, mas de sua prática, a qual está sendo ampliada ao longo do tempo conforme a própria evolução humana, para alcançar também as pessoas - assim se tem origem o termo de sustentabilidade social local.

Criando meios de resolver os desafios e/ou problemas econômicos e sociais locais e não só ambientais de uma região, procurando uma maior permanência e continuidade dos serviços prestados a sociedade, para que as pessoas que nela vivem possam intensificar mudanças que transformem positivamente o estilo de vida de toda a coletividade, tornando a convivência mais completa e satisfatória.

Todavia, as inovações no setor público ainda, são encaradas com receio ou não tem sua efetividade para a sociedade, principalmente no que contorna os serviços concedidos a cada comunidade. No Brasil e em seus 5.564 municípios, devido a práticas negativas que envolvem corrupção, clientelismo, nepotismo, dentre outros, a administração pública incorporou a ineficiência como característica marcante que interfere não só no crescimento como no desenvolvimento social local (municipal e comunitário). Para Fagnani (2009, p.120):

Caso haja intenção de conquistar a redistribuição da renda e equidade social no Brasil, acreditamos ser fundamental, em suma, considerar que a situação de desenvolvimento do país coloca limites objetivos e claros à natureza das fontes de financiamento das políticas e programas sociais.

Nota-se que para haver a implementação da sustentabilidade ou qualquer que seja o programa social através de políticas públicas é necessário antes de tudo, diagnosticar a realidade local, definir com clareza da situação atual, tal como as metas a serem alcançadas, meios utilizados e as ações viáveis. Ainda de acordo com Sachs (1993), as dimensões da sustentabilidade são:

- **Sustentabilidade ecológica** - tem por objetivo a manutenção dos estoques dos recursos naturais, incorporados ao processo ou as atividades produtivas;
- **Sustentabilidade ambiental** - visa à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, implicando na capacidade de recomposição dos ecossistemas diante das agressões a ele causadas;

- **Sustentabilidade social** - objetiva o desenvolvimento que busca a melhoria da qualidade de vida da população. Sendo utilizada principalmente em contextos onde há fortes desigualdades sociais e pouca inclusão social, dessa forma busca através de políticas distributivas, a ampliação do atendimento a questões como: saúde, educação, segurança e habitação;
- **Sustentabilidade política** - tem como princípio a construção da cidadania, visando garantir uma plena inclusão dos indivíduos ao processo do desenvolvimento;
- **Sustentabilidade econômica** - reportar-se a uma administração eficiente dos recursos naturais, ambientais, materiais, financeiros e econômicos, objetivando uma melhor regularidade dos fluxos de investimentos públicos ou privados.

Posteriormente, Sachs (200) incorporou mais duas dimensões à sustentabilidade:

- **A sustentabilidade territorial ou espacial** - que visa um equilíbrio entre a relação rural x urbana, bem como uma melhor distribuição territorial, melhorias no ambiente urbano, objetivando superar as disparidades inter-regionais e elaborar estratégias ambientais que assegurem as áreas ecologicamente mais frágeis;
- **A sustentabilidade cultural** - busca um maior respeito à cultura de cada localidade, visando garantir à continuidade da tradição atrelada a inovação.

Ainda há autores que incluem a sustentabilidade financeira as dimensões da sustentabilidade. Desse modo, no atual contexto, onde a globalização, as novas tecnologias se ampliam bem como os problemas sociais se agravam continuamente, mostra-se necessário um desenvolvimento que não se baseie exclusivamente no lucro e em privilégios de pequena parte da sociedade. Para Barbosa (2008, p.23) “Os direitos básicos devem ser proporcionados, tais como o direito à água, ao abrigo, à alimentação, à saúde, à educação, entre outros”.

Um desenvolvimento que sublinhe a necessidade de utilizar os recursos de forma parcimoniosa, a fim de melhorar a qualidade de vida da população, assim como a satisfação das necessidades básicas da sociedade atual e das gerações futuras.

2.2 Sustentabilidade social

A sustentabilidade social abrange a necessidade de recursos, sejam eles materiais ou não. A mesma tem por objetivo a construção de uma civilização onde haja uma maior equidade na distribuição da renda, com a igualdade no acesso aos recursos e serviços disponíveis para sociedade.

Sendo assim ela, tem por objetivo melhorar significativamente os direitos e as condições da população, ampliando a homogeneidade social e criando oportunidades de um emprego que gere qualidade de vida e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

Ainda para Ezio Manzini (2008, p. 23):

A expressão *Sustentabilidade Social* refere-se às condições sistêmicas através das quais, seja em escala municipal ou regional, as atividades humanas não contradizem os princípios da justiça e da responsabilidade em relação ao futuro, considerando a atual distribuição de “espaço ambiental”.

Tendo o instrumento da sustentabilidade social o intuito é desenvolver a sociedade como todo, objetivando quebrar as barreiras impostas pelas mudanças econômicas, sociais, tecnológicas e culturais. Eliminando prováveis ameaças e criando oportunidades de promover a equidade social, uma maior participação da população na tomada de decisões, buscando assim uma gestão participativa que contemple um planejamento estratégico eficiente, um informe social, uma igualdade na justiça, bem como, a transparência de seus atos.

Dessa maneira, a dimensão social da sustentabilidade pode ser entendida como a concretização de um processo de desenvolvimento ordenado para uma sociedade solidária. Onde o objetivo é edificar uma civilização que se pautar no ser, com uma maior e melhor distribuição do ter, ou seja, da renda, de modo a melhorar o acesso aos direitos e condições das diversas classes da população, bem como reduzir as distâncias entre os padrões de vida dos estratos sociais (MENDES, 2009).

Dentro desse contexto, se mostra necessário à implementação de políticas públicas inovadoras que busquem a captação de recursos, a efetivação de obras, o crescimento das atividades sociais, a erradicação da miséria, ou seja, uma gestão municipal mais responsável, sustentável e social, colaborando dessa forma para o aumento da melhoria da qualidade de vida de toda população.

No geral, a sustentabilidade social é considerada como uma ferramenta essencial para a evolução de uma dada região e/ou para o desenvolvimento da sociedade. Porém não é fácil, ou seja, tentar fazer uma transição em um país corrupto e historicamente indiferente aos problemas sociais e ambientais. Dessa maneira, sem o apoio público as dificuldades multiplicam-se para que se possa atingir a reestruturação social e ambiental necessária para garantir-se a satisfação da coletividade e a sobrevivência da sociedade futura.

Todavia, tudo isso pode torna-se possível diante de atitudes sustentáveis, responsivas e colaborativas, tanto por parte da comunidade local como dos setores da administração pública, especialmente, municipal, voltadas para adequar a: infraestrutura, governança, saúde, moradia, planejamento, educação, segurança, serviços e finanças públicas. Segundo Paula (2008, p.11 -12):

O desenvolvimento, sobretudo se quer ser humano, social e sustentável, exige o protagonismo local. Os maiores responsáveis pelo desenvolvimento de uma localidade, são as pessoas que nela vivem. Sem o interesse, o envolvimento, o compromisso e a adesão da comunidade local, nenhuma política de indução ou promoção do desenvolvimento alcançará êxito.

Assim na prática, devem ser incorporados hábitos e ações simples que visão à conservação social de forma sustentável, tais como: arranjar tempo para o trabalho voluntário, evitar poluir o meio ambiente, colaborar para a criação de associações comunitárias, elaborar e promover projetos que busquem a interação social, coletar e doar cestas básicas e agasalhos para os mais necessitados entre outras. São práticas que podem e devem ser difundidas e adotadas pela sociedade em parceria com a gestão pública, levando dessa forma, o município a novos panoramas.

A solução depende da capacidade de toda humanidade agir em conjunto. Porém o modelo de funcionamento da economia mundial vigente torna difícil a colaboração, já que desconsidera as questões ambientais, uma vez que se conduz por uma competição excludente e se centra no poder e no acúmulo de riqueza, ao mesmo tempo, acentuando a pobreza e a exclusão das pessoas mais pobres e a degeneração dos recursos naturais (ORTEGA, 2009).

Dessa maneira nota-se que não é possível adotar uma política de desenvolvimento sem a participação direta da sociedade, bem como, é fundamental que a gestão pública local caminhe em direção a um desenvolvimento responsivo da sociedade, através de ações e/ou estratégicas que objetivem significativamente a participação da coletividade nos processos decisórios, ampliando os meios de acesso a informação ao cidadão. Dando um importante passo para a democratização, descentralização e flexibilização da gestão local.

Segundo Silva (2000, p. 100) *apud* Silva, Souza e Leal (2012, p.12):

A dimensão social constitui-se como elemento predominante o princípio da “viabilização de uma maior equidade de riquezas e de oportunidades, combatendo-se as práticas de exclusão, discriminação e reprodução da pobreza e respeitando-se a diversidade e todas as suas formas de expressão”.

Sendo assim, através da sustentabilidade social os gestores públicos tem em “mãos” a capacidade para melhorar efetivamente as ações públicas, aumentando a interação entre os atores sociais, o que resultará em uma melhor resolução das problemáticas locais. Desse modo pode-se chegar a uma gestão pública sustentável, cumpridora das necessidades da sociedade, de modo que os cidadãos que nela vivem possam desfrutar de um padrão de vida digno, bem como a garantia que todas as pessoas tenham condições iguais de acesso a bens, serviços de boa qualidade.

2.3 Pobreza e exclusão social

As desigualdades sempre assolaram a história da humanidade, bem como as lutas sociais, por justiça social, igualdade coletiva, reforma agrária, distribuição de renda, acompanham e marcam a história da humanidade.

No Brasil desde o período colonial até os dias atuais, a desigualdade, a injustiça, a pobreza, a fome, a miséria e a exclusão social são problemas contínuos na história do país. Havendo dessa forma uma divisão entre ricos e pobres, dirigentes e dirigidos, pretos e brancos, onde uma minoria fica com muito e uma maioria com pouco, onde os direitos são universalizados, mas não atende a todos, mesmo vivendo em uma República que se constitui em Estado Democrático de Direito, e tem por fundamentos: a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Para Mocelin (2010, p.01):

Essa divisão entre pobres e ricos, ou entre burguesia (detentora dos meios de produção) e proletariado (vendedores da força de trabalho aos burgueses), ou então, classes sociais, passa a existir a partir da ascensão e consolidação do capitalismo como sistema econômico vigente, levando ao início de diferenciações e de acesso a bens e serviços pela população.

Em termos legais, a Constituição Federal de 1988 estabelece como objetivo fundamental da República em seu art. 3º, inciso III: erradicar a pobreza e a marginalização, reduzindo as desigualdades sociais e regionais. Sendo assim a pobreza é um problema social que sempre esteve em pauta formal na sociedade brasileira, vista que em várias partes do país o assunto se faz presente no ordenamento legal local.

Pela insipiência dos resultados a pobreza se concretiza como um estado de insuficiência de renda, de privação e carência de bens e produtos necessários ao desempenho social e à subsistência. A pobreza não está exclusivamente relacionada a escassez ou a ausência de renda, mas a capacidade de se viver com dignidade fazendo parte da comunidade (BALSAN, 2010).

Sem igualdade de oportunidades o cidadão fica impossibilitado de romper as dificuldades que lhe são impostas, lhe colocando em um estado desfavorável e exclusivo, isto é, para que as pessoas possam gozar de sua cidadania, dignidade e tantos outros direitos eclodidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, se faz necessário que todos que fazem parte da sociedade tenham acesso igualitário aos serviços básicos de saúde, moradia, alimentação e educação, buscando assim extinguir os fatores que condicionam o ser humano a viver com privações, sejam elas financeiras, econômicas, sociais ou culturais.

Desde a década de oitenta, a maioria das nações desenvolvidas tem formulado programas, políticas e projetos de transferência de renda. No Brasil essas políticas foram introduzidas a partir dos anos de noventa, com o propósito de minimizar a pobreza, com a

transferência de renda direta as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza (miséria), buscando a mínima inclusão das pessoas consideradas pobres (CAMARGO, 2011).

No Brasil, no de 1993 foi implantado o Plano de Combate à Fome e à Miséria, que tinha o intuito de propor parcerias, promover a descentralização e a solidariedade. Entre os anos de 1995 e 2002 o programa foi substituído pelo Programa Comunidade Solidária, o qual visava combater a exclusão social e a fome, por meio de ações descentralizadoras e coletiva. Já no ano de 1999 foi lançado o Programa Comunidade Ativa, o mesmo visava conter a fome através do desenvolvimento local. Em 2001 foi fundado o Fundo de Combate à Pobreza e o Fundo de Combate à Miséria, o primeiro tinha por objetivo programas de transferência de rendas e o segundo atuava nos municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em 2003 foi instituído o Programa Fome Zero, com o intuito de assegurar o direito à alimentação.

No mesmo ano foi implantado o maior programa de transferência de renda do país, o Programa Bolsa-Família, voltado para famílias mais carentes. Foi elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e lançado pelo Governo Federal, sobre a então presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, sendo instituído pela medida provisória de nº 132, transformada na lei nº 10.836 de janeiro de 2004. O programa surgiu da fusão de políticas públicas já existentes, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA (Lei Nº. 10.689/2003), Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Educação - Bolsa Escola (Lei Nº. 10.219/2001), Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação (Decreto Nº. 3.877/2001), Programa Auxílio-Gás (Decreto Nº. 4.102/2002), e Cadastramento Único do Governo Federal. O programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares (BRASIL, 2004).

Todos os programas citados contribuíram de certa forma pra a diminuição da pobreza, da fome e da miséria em nosso país, uma vez que políticas públicas que, visam a transferência direta de renda, são de suma importância para aquelas as pessoas que se encontraram em condições de pobreza ou miséria, já que conseguem sanar de imediato as necessidades básicas das pessoas como a alimentação (OLIVEIRA e CAVALHEIRO, 2009).

Porém, cabe ressaltar que tais problemas não serão solucionados apenas com comida, crianças na escola e transferências de renda. Fazendo-se igualmente necessário que todos os brasileiros tenham seus direitos efetivados, de forma que lhes seja concedida uma vida digna com acesso de qualidade e não apenas acesso à educação, trabalho, saúde, podendo assim participar efetivamente da sociedade (BALSAN, 2010).

Ainda para Goulart (2002, p. 67):

Uma sociedade moderna reconhecida como tal admite o conflito e os atores que a protagonizam, tolera a diferença e conforma um espaço público em que os diferentes segmentos sociais disputam politicamente seus respectivos interesses.

Sendo assim nota-se que a pobreza está intimamente ligada com fatores sociais, bem como a mesma é um dos fatores que causam a exclusão social, e conseqüentemente desigualdade social.

Dessa forma, ser uma pessoa pobre significa ser excluída da sociedade, uma vez que, perante a sociedades ou a uma parte dela o ser humano para ser reconhecido como cidadão, deve “ser” alguém importante, dotado de personalidade, inteligência e criatividade e “ter”, bens matérias ou rendimentos suficientes para adquirir bens que lhe proporcionem uma vida confortável. Porém a pobreza não é único fator excludente, o desemprego, a falta de moradia, ser idoso, portar alguma deficiência física ou mental, pertencer a uma certa religião, também são fatores que podem levar os indivíduos de uma sociedade a serem excluídas da mesma.

Ainda para Damas (2010, p.10) “a exclusão social é um conjunto de problemas que levam ao isolamento/afastamento de uma pessoa da sociedade em que está inserida, ou de um determinado grupo”. Sendo assim tanto a pobreza como a exclusão social ferem o artigo I da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que elude: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”. Portanto tem o direito e a liberdade de enquanto seres humanos de serem respeitados, tratados com dignidade, bem como, participarem efetivamente da vida social sem restrições, independente de seu gênero, religião, cultura, raça, classe social e orientação sexual.

3 SUSTENTABILIDADE SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICA DE CARAÚBAS

O município de Caraúbas está localizado na Microrregião do cariri oriental e na Mesorregião da Borborema do Estado da Paraíba. Sua área é de 446 km² representando territorialmente 0.7895% do Estado, 0.0287% da Região Nordeste e 0.0052% do Brasil. A sede do município tem uma altitude aproximada de 451 metros, ficando a 191,9 Km da capital João Pessoa. De acordo com o IBGE, no ano de 2010 a população do município de Caraúbas era estimada em 3.899 habitantes e o Índice de Desenvolvimento Humano era de 0,585.

O município de Caraúbas localiza-se este entre os municípios paraibanos de Congo, Coxixola, São João do Cariri, São Domingos do Cariri, Barra de São Miguel e o Estado do Pernambuco (Jataúba e Santa Cruz do Capibaribe). Originalmente, o município foi ocupado por índios (caboclos bravos) até meados do século XVII. Oficialmente, o município teve sua origem de uma fazenda de colonos portugueses do século XVIII, às margens do rio Paraíba do Norte. Onde as condições favoráveis, da região a inseriu no ciclo do açúcar. No mesmo

século, um morador da Capitania de Pernambuco, Custódio Alves Martins, instalou-se na cabeceira do Rio Paraíba, e ali fundou um sítio a que deu o nome de Caraúbas. Quando o município passou a Distrito de São João do Cariri em 1891, haviam 58 moradores. Além da pecuária, o beneficiamento do algodão e do caroá trouxeram novos recursos à localidade. A partir de 1940, investimentos urbanos trouxeram à cidade o primeiro grupo escolar e a iluminação pública a diesel em 1952 e a construção do açude Congo/Campos 1953.

Só a partir de 1968, Caraúbas passou a fazer parte do poder executivo do município de São João do Cariri, hegemonia que se manteve até sua emancipação política, em 29 de abril de 1994, através da lei estadual nº 5.923/94 e publicada no Diário Oficial em 05 de maio de 1994, data em que é comemorada a emancipação no município. Já sua instauração veio a ocorrer no dia 01 de janeiro de 1997. Após de tornar cidade ficou nos primeiros anos sobre a gestão de Severino Virgínio da Silva (mais conhecido como Severino Dudu) (1997, 2008 e 2012) e José Gomes Ferreira (mais conhecido como Josete) (2000 e 2004).

Atualmente, os moradores do município de Caraúbas vivem, principalmente, da pesca, da agricultura, transferências e programas sociais (como bolsa-família e o seguro-safra) e empregos da prefeitura. Não há programas que visam à questão ambiental, social e a efetiva melhoria da qualidade de vida da população. Dessa forma o município mostrasse pobre de práticas, sociais e sustentáveis, bem como há poucas associações comunitárias, sendo assim a gestão local, não tem em suas atividades ações voltados para o desenvolvimento local e sustentável ou para a ação coletiva, tão pouco incentiva pela esfera pública.

Dessa foram mostra-se necessário à implementação de políticas e/ou projetos que visem à equidade social, igualdade de oportunidades, geração de emprego e renda, responsividade com o meio ambiente enfim a melhoria da qualidade de vida como um todo, possibilitando assim a organização da sociedade, o exercício da participação coletiva, construindo assim relações mais amigáveis e tornando a gestão pública local um campo para a concretização de ações de cunho social.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

A população analisada esta na zona urbana e rural do município de Caraúbas – PB. Os resultados foram obtidos a partir dos questionários aplicados nas respectivas áreas citadas, com o objetivo de identificar as ações efetivas da gestão pública municipal e as disparidades a respeito do tema. Sendo composto por 12 questões, os questionários contiveram questões objetivas e subjetivas. Na zona rural os questionários foram destinados à comunidade residente no Sítio Campos, localidade que fica a 8 km da sede do município. Como rateio a

amostra foi equitativa, com a aplicação dos questionários sendo realizada junto a 50 (cinquenta) pessoas da zona rural e 50 (cinquenta) da zona urbana.

As quatro primeiras questões apresentarão informações referentes aos dados pessoais e aos programas sociais. Pelo mensurado constata-se que 36 pessoas (72%) recebem programas sociais na zona urbana de Caraúbas e 14 (28%) não recebem ajuda. Enquanto no Sítio Campos 38 pessoas (76%) recebem o benefício e 12 (24%) não recebem ajuda. Percebe-se ainda que na zona urbana 25 pessoas (50%) dizem que os programas sociais “melhoraram um pouco” a qualidade de vida da população local; 15 pessoas (30%) “melhorou muito”; 7 pessoas (14%) dizem que “ficou estável” e 3 pessoas (6%) dizem que “piorou um pouco”. Já na zona rural 22 pessoas (44%) dizem que “melhorou um pouco”; 18 pessoas (36%) dizem que “melhorou muito”; 4 pessoas (8%) responderam que “piorou muito”; 2 pessoas (4%) responderam que “piorou um pouco” e 4 pessoas (8%) dizem que “ficou estável” a qualidade de vida.

Com relação à existência de oportunidades, ações ou projetos que o município de Caraúbas desenvolve visando a qualidade de vida da população, na zona urbana 24 pessoas (48%) responderam que não há oportunidade; 15 pessoas (30%) responderam que há oportunidades como cursos técnicos e profissionalizantes; 4 pessoas (8%) responderam apenas que existem, mas não especificaram quais são as ações; 3 pessoas (6%) responderam que há ações desenvolvidas pela secretária de ação social, como o Grupo de Convivência do Idoso; 2 pessoas (4%) que há o programa saúde na família na área de saúde e pessoa como os programas o PETI e o PROJOVEM e 1 pessoa (2%) diz que há a construção de casa populares. Na zona rural 29 pessoas (58%) dizem não existir oportunidade de melhoria da qualidade de vida; 5 entrevistados (10%) dizem que há cursos profissionalizantes; 5 pessoas (10%) responderam que há a associação de pescadores do Sítio Campos; 2 pessoas (4%) a distribuição de carne e leite; 2 pessoas (4%) dizem existir a construção de casas populares; 3 pessoas (6%) responderam que há ações desenvolvidas para a assistência ao idoso e 4 pessoas (8%) não responderam nada.

Quando questionado quanto ao acesso dos serviços básicos dos moradores da cidade, 44 pessoas (88%) responderam que tem acesso os serviços básicos e 6 pessoas (12%) responderam não ter acesso. Em relação a igualdade de acesso ao serviços, 42 pessoas (84%) responderam haver igualdade; 6 pessoas (12%) dizem não ter igualdade e 2 pessoas (4%) não responderam. Já na Comunidade do Sítio Campos 48 pessoas (96%) dizem ter acesso aos serviços básico e 2 pessoas (4%) dizem não ter. Enquanto a igualdade de acesso 29 pessoas (58%) dizem ter igualdade no acesso; 15 entrevistados (30%) dizem não ter igualdade no acesso e 6 pessoas (12%) não responderam.

Sobre a caracterização do município na urbana 19 pessoas (38%) dizem há acesso de qualidade a educação e a saúde; 9 pessoas (18%) dizem que há respeito a natureza e saneamento básico; 12 pessoas (24%) dizem que não há nenhuma das opções citadas; 4 pessoas (8%) dizem que há água encanada em todas as localidades do município; 2 pessoas (4%) que há respeito a natureza; 2 pessoas (2%) dizem que há distribuição de renda e 2 pessoas (4%) que há respeito as diversidades. Enquanto zona rural do município 15 pessoas (30%) dizem que há acesso de qualidade a educação; 8 pessoas (16%) dizem que há acesso a saúde de qualidade; 6 pessoas (12%) dizem que há distribuição de renda; 5 pessoas (10%) dizem que igualdade de oportunidades e 16 pessoas (32%) dizem pessoas dizem que não há nenhuma das opções citadas.

Quando questionados sobre a efetividade dos conselhos municipais na zona urbana 34 pessoas (68%) responderam que eles não tem efetividade e 26 entrevistados (52%) que tem efetividade. Na zona rural 30 pessoas (60%) responderam que não tem efetividade; 14 pessoas (28%) que tem efetividade e 6 pessoas (12%) não responderam nada.

Dessa forma da 3ª a 9ª questão na zona urbana, predominaram a resposta SIM, percebe-se dessa foram, que a maioria da população da zona urbana, recebe ajuda de programas sociais, caracterizando que tais programas, melhorou um pouco a qualidade de vida na localidade, consideram que as oportunidades que o município oferta são: majoritariamente, cursos técnicos e profissionalizantes, ações desenvolvidas pela ação social e programas como PET e o PROJOVEM. Ainda são disponibilizado acesso aos serviços básicos como: saúde, educação e moradia. Em síntese, a maioria da população urbana considera que os conselhos municipais são atuantes, assim como que a maioria da população caracteriza que no município há acesso de qualidade a educação e a saúde, respeito a natureza e saneamento básico.

Já na zona rural do município de Caraúbas nota-se que da 3ª a 7ª questão predominou o SIM como resposta, ficando assim materializado que a maioria da população também recebe ajuda de programas sociais, assinalando que os programas sociais melhoraram relativamente à qualidade de vida do coletivo dessa localidade. De modo geral, consideram que as oportunidades que o município oferece são: cursos técnicos e profissionalizantes, ações sociais, e além do apoio a associação de pescadores dos Campos. Soma-se a disponibilização de serviços básicos, porém, não consideram que os conselhos municipais sejam atuantes. A população ainda caracteriza que no município há acesso de qualidade a educação e saúde, distribuição de renda e igualdade de oportunidades.

As questões 9ª, 10ª e 12ª se referem à sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida na localidade. Quando questionados sobre o tema sustentabilidade na zona urbana 34 pessoas (56,67%) responderam que não tinham ouvido falar no tema e 26 pessoas (43,33%) já

tenham ouvido falar. Com relação ao que entendia por sustentabilidade as respostas mais comuns foram:

- relação equilibrada entre os recursos naturais e o ser humano;
- atividades humanas que viabilizam a satisfação das necessidades das gerações atuais e futuras;
- meio de se viver que não agrida o meio ambiente;
- harmonia entre a ação humana e a conservação da natureza;
- desenvolvimento para o bem-estar humano sem danificar a natureza;
- ações que viabilizam a interação do homem com o meio ambiente sem agredi-lo;
- é o mecanismo de sobreviver e desenvolver respeitando a meio ambiente.

Já quando questionados sobre o que deveria ser feito para melhorar a qualidade de vida na localidade, 28 pessoas (46,67%) não responderam e 32 pessoas (53,33%) responderam em uma escala decrescente, que:

- por representantes mais responsáveis;
- melhorar a segurança pública e/ou segurança pública de qualidade;
- promover ações esportiva, culturais, religiosas como: campeonatos de futebol, eventos culturais, práticas esportivas com idosos e jovens;
- ampliação de oferta de cursos técnicos, profissionalizantes e instalação de cursos superiores e incentivo pra estudantes, buscando promover a geração de emprego e renda;
- atitudes voltadas para o consumo e controle do desperdício de água;
- instalação de políticas públicas focalizando variados aspectos de cunho social;
- geração de emprego e renda.

Enquanto na zona rural 38 pessoas (63,33%) não tinham ouvido falar no tema; 20 pessoas (33,33%) tinham ouvido falar e 2 pessoas (3,33%) não responderam. Em relação ao tema sustentabilidade na zona rural 24 pessoas (48%) não responderam e 26 pessoas (52%) responderam que entendiam, as respostas foram:

- utilizar os recursos advindos da natureza de forma responsável, pensando nas gerações futuras;
- é a forma de viver que utiliza meios que levam a população a ter uma melhor qualidade de vida;
- significa utilizar os recursos naturais de forma racional;
- meios e atividades para se manter e viver de forma equilibrada;
- uso correto dos recursos naturais;
- são atividades que visam suprir as necessidades humanas sem comprometer o futuro;
- é procurar viver utilizando os recursos naturais de forma racional;
- viver com qualidade de vida, sem prejudicar o meio ambiente.

Quando questionados sobre o que deveria ser feito para melhorar a qualidade de vida na localidade, 19 pessoas (31,67%) não responderam e 41 pessoas (68,33%) responderam, as respostas foram:

- mais segurança;
- geração de emprego e renda;
- saneamento básico;
- água tratada e coleta seletiva;
- melhorar a segurança pública;
- trazer mais cursos técnicos e profissionalizantes;
- investimento nas áreas de saúde e segurança pública;
- ações mais efetivas na área da saúde, com atendimento mais frequente na zona rural;
- projetos e ações que ofereçam oportunidades para os habitantes do município;
- elaboração de políticas públicas voltadas para o cooperativismo.

As questões 10^a, 11^a e 12^a na zona urbana, observa-se que na 10^a questão predominou a resposta “não”, mostrando que a maioria dos pesquisados na zona urbana desconhecem o termo sustentabilidade, bem como poucas pessoas tem propriedade, para falar sobre o tema, assim como as ações que os pesquisados objetivam para que haja uma melhoria da qualidade de vida da população do município são: em grande parte a melhorar a segurança pública e/ou segurança pública de qualidade, geração de emprego e renda, ampliação de cursos técnicos, profissionalizantes e do ensino superior e o consumo de água.

Enquanto isto na zona rural do município de Caraúbas na 10^a questão também predominou o “não” como resposta, mostrando que grande parte dos moradores da zona rural também desconhece o tema sustentabilidade, e tem pouco domínio para falar da temática. Já as ações que os moradores da zona rural visam que podem melhorar a qualidade de vida na localidade são: mais segurança, investimento em segurança pública ou segurança pública de qualidade (devido a grande ocorrência de assaltos a residências no Sítio Campos), água tratada e geração de emprego e renda.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país que se constitui de contradições, onde uma pequena parte da população brasileira, se mantém com padrões de renda e condições de vida semelhantes aos apresentados aos de países mais desenvolvidos, uma população consumista que se baseia no lucro, no acúmulo de riqueza e em benefícios individuais, ao mesmo tempo em que uma grande parcela da população sobrevive em condições bastante precárias, mal tendo o que comer e onde morar. Heranças históricas características por desigualdades sociais e regionais, pela concentração de renda, riqueza, conhecimento e poder.

Os resultados obtidos evidenciam que o município de Caraúbas é carente de práticas que viabilizam o futuro e a melhoria da qualidade de vida, uma vez que suas ações não são voltadas para as questões ambientais, culturais e sociais. Dessa forma sua população desconhece diversos temas a exemplo sustentabilidade, bem como, desse modo não podendo buscar a concretização de seus direitos. Em decorrência, a gestão municipal local necessita fomentar políticas públicas capazes de gerar emprego e renda tanto para a zona urbana como para a zona rural, com investimento e políticas mais eficiente na área de segurança pública, pois vários sítios de seu município, além do Sítio Campos já se tornaram alvo de assaltos a residências e animais (caprinos) - como o Sítio Monte Alegre e o Distrito de Barreiras.

Observa-se ainda que o para se atingir o desenvolvimento sustentável se faz necessário erradicar práticas como: o desmatamento, as atividades ilegais, combater o crime organizado, aumentar a qualidade de vida da sociedade, utilizar mais racionalmente os recursos naturais e preservar as florestas, assim como promover uma real efetivação dos direitos humanos e do desenvolvimento social. Neste sentido a sustentabilidade social objetiva garantir que todas as pessoas possam ter condições iguais de acesso a bens, serviços de qualidade necessários para uma vida digna. De modo a ajustar o desenvolvimento local, o qual deve ser visto como forma de expansão da liberdade, da ação coletiva, da justiça social e da equidade material. Para tanto, tudo isto requer que se busquem conter e remover as fontes que privam a liberdade de expressão e inclusão social, tais como: a pobreza, a exclusão social, carência de geração de emprego e renda.

A falta de recursos públicos já se tornou uma justificativa, para a administração pública concentrar suas ações em políticas ou programas que beneficiam as classes mais carentes da sociedade, apenas com ações paliativas, mas, não fomentadoras de autonomia futura. Sendo assim é mais fácil aplicar os recursos disponíveis a um pequeno público beneficiário, do que formular e implementar novas políticas sociais mais universais que possam efetivamente combater à pobreza e à exclusão social em nosso país. Ao invés de criar uma sociedade dependente que não reivindica, seus direitos como uma saúde preventiva e

uma educação libertadora que capacite e profissionalize as pessoas efetivamente para o mercado de trabalho.

Há de se ressaltar que a ampliação dos programas sociais ou de transferência de renda para os as classes mais desfavorecidas da sociedade são importantes para reduzir os impactos causados pela pobreza (sobretudo, no curto prazo), porém ainda não são suficientes para reverter o quadro social brasileiro (no longo prazo), uma vez que, não consegue diminuir as disparidades entre as diversas classes, não reduzindo assim a exclusão social e tantos outros problemas sociais como: a violência, a falta de segurança, o analfabetismo, a fome e a miséria. Sendo assim a pobreza e a exclusão social ferem a dignidade inerente a toda pessoa humana, bem como seus direitos inalienáveis e sua liberdade, uma vez que, privado de consumir certos bens, produtos ou serviços que satisfaçam suas necessidades básicas, o ser humano passa a ser desprezado e desrespeitado pela sociedade ou por parte dela.

Em nosso país ainda há um número considerável de cidades e regiões que como Caraúbas são concebidas como insustentáveis, porém, esse paradigma pode ser mudado, pois, as gerações presentes tem a capacidade de contribuir para que as eventuais dificuldades sejam transformadas em oportunidades que possibilitem modificar as condições e fatores que se opõem ao desenvolvimento local. Portanto ações de caráter social e de longo prazo são construídas a partir do soma de atividades ou ações produzidas no dia-a-dia, as quais podem ser revertidas em políticas que contribuam permanentemente com a construção de uma sociedade mais saudável extensível a todos os cidadãos.

Dessa forma é imprescindível mudar o padrão de vida de toda a sociedade, buscando a transformação do processo cultural e do contexto social em vigor, onde há um favorecimento da manutenção do poder e do controle nas mãos das classes dominantes.

Buscar uma modificação de um sistema, onde a própria sociedade impõe valores, induzindo as pessoas a acreditam que os recursos financeiros são os responsáveis pela melhoria na qualidade de vida, que os bens matérias trazem *status*, que as pessoas valem o que tem, deixando de lado a questão do ser, ser uma pessoa honesta, digna, cumpridora de seus deveres, comprometida com a sociedade e com seu desenvolvimento e outras tantas outras qualidades que os indivíduos possam ter. Sendo assim diante da complexidade brasileira, só seria possível o desenvolvimento, que não se baseie necessariamente no crescimento econômico, mas no desenvolvimento sustentável, local ou social.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ivanilda Sousa. **Programa Bolsa Família**: uma análise de seus limites e potencialidades enquanto política pública intersetorial, transversal e focalizada.

BECKER, H. Saul, 1928. Trad. Maria Luiza X. de A. borges; Karina Kuschnir. **Falando de Sociedade**: ensaio sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BELLEN, Hans Michael Van. Desenvolvimento Sustentável: Uma Descrição das Principais Ferramentas de Avaliação. **Ambiente & Sociedade**. v. 7, nº. 1, p. 67-88. jan./jun. 2003

BRASIL. Ministério Do Desenvolvimento Social e Combate À Fome. **Programa Bolsa-Família**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010. Disponível em < http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e >. Acesso em: 15 mar. 2014.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial[da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 jan. 2004. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=12/01/2004&jornal=1&pagina=1&totalArquivo>> Acesso em: 07 mar. 2014.

BRANCO, Adriano Murgel; MARTINS, Márcio H. Bernardes. **Desenvolvimento sustentável na gestão de serviços públicos**: responsabilidade socioambiental e informe social. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: Metodologia de planejamento. 4 ed. Rio de Janeiro: gramond, 2008.

FAGNANI, Eduardo. Avaliação do ponto de vista do gasto e financiamento das políticas públicas. In: RICO, Elizabete Melo. (org.) et al. **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. 6 ed. São Paulo; Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2009. p.119.

MOCELIN, Cassia Engres. O Programa Bolsa Família Enquanto Principal Estratégia de Enfrentamento à Pobreza Rural no Contexto Brasileiro Atual. 2010. p. 04.

MANZINI, Ezio. **Design para a inovação e sustentabilidade**: comunidades criativas organizações colaborativas e novas redes projetuais. Rio de Janeiro: E-paper, 2008.

PAULA, Juarez de. **Desenvolvimento local**: Textos selecionados. Brasília: SEBRAE, 2008.

Sustentabilidade Social. Disponível em: < <http://www.atitudessustentaveis.com.br/sustentabilidade/sustentabilidade-social/> >. Acesso em: 20 de fev. de 2014.

Sustentabilidade Social. Disponível em:< <http://pt.shvoong.com/social-sciences/sociology/1878174-sustentabilidade-social/#ixzz1bdYmjteS>>. Acesso em: 12 fev. de 2014.

***APÊNDICE I –
TABULAÇÃO
DOS
RESULTADOS***

Quadro 01 – Resultados das questões objetivas

QUESTÕES	ZONA URBANA		ZONA RURAL	
QUESTÃO 3	SIM 36	NÃO 14	SIM 38	NÃO 12
QUESTÃO 5	SIM 24	NÃO 26	SIM 21	NÃO 29
QUESTÃO 6	SIM 44	NÃO 6	SIM 45	NÃO 5
QUESTÃO 7	SIM 42	NÃO 8	SIM 29	NÃO 21
QUESTÃO 9	SIM 26	NÃO 34	SIM 20	NÃO 30
QUESTÃO 10	SIM 27	NÃO 33	SIM 22	NÃO 38

Fonte: Autora (2014).

Quadro 02 – Resultados das questões subjetivas

QUESTÕES	ZONA URBANA	ZONA RURAL
QUESTÃO 4	MELHOROU UM POUCO 25	MELHOROU MUITO 18
	PIOROU UM POUCO 3	PIOROU MUITO 4
OS QUE RESPONDERAM SIM	15 CURSOS TÉCNICOS E PROFISSIONALIZANTES	5 CURSOS TÉCNICOS E PROFISSIONALIZANTES
	4 RESPONDERAM APENAS QUE EXISTE	4 RESPONDERAM APENAS QUE EXISTE
QUESTÃO 5	3 AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA AÇÃO SOCIAL	3 AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA AÇÃO SOCIAL
	2 PROGRAMA DE SAÚDE E PROGRAMAS COMO: O PETI E O PROJovem	2 A DISTRIBUIÇÃO DE CARNE E LEITE
OS QUE RESPONDERAM NÃO	1 A CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	2 A CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES
		5 A ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DOS CAMPOS
QUESTÃO 8	19 ACESSO DE QUALIDADE A EDUCAÇÃO E A SAÚDE	15 ACESSO DE QUALIDADE A EDUCAÇÃO
	12 NÃO HA NENHUMA DAS OPÇÕES CITADAS	16 NÃO HA NENHUMA DAS OPÇÕES CITADAS
QUESTÃO 11	9 RESPEITO A NATUREZA E SANEAMENTO	8 ACESSO DE QUALIDADE SAÚDE
	4 ÁGUA ENCANADA EM TODAS AS LOCALIDADES	6 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA
OS QUE RESPONDERAM NÃO	2 RESPEITO A NATUREZA	5 IGUALDADE DE OPORTUNIDADES
	2 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	
QUESTÃO 12	2 RESPEITO AS DIVERSIDADES	
	RELAÇÃO EQUILIBRADA ENTRE OS RECURSOS NATURAIS E O SER HUMANO;	UTILIZAR OS RECURSOS ADVINDOS DA NATUREZA DE FORMA RESPONSÁVEL, PENSANDO NAS GERAÇÕES FUTURAS;
OS QUE RESPONDERAM NÃO	AÇÕES QUE VIABILIZAM A INTERAÇÃO DO HOMEM COM O MEIO AMBIENTE SEM AGREDI-LO;	É A FORMA DE VIVER QUE UTILIZA MEIOS QUE LEVAM A POPULAÇÃO A TER UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA;
	MEIO DE SE VIVER QUE NÃO AGRIDA O MEIO AMBIENTE;	SÃO ATIVIDADES QUE VISAM SUPRIR AS NECESSIDADES HUMANAS SEM COMPROMETER O FUTURO;
OS QUE RESPONDERAM NÃO	ATIVIDADES HUMANAS QUE VIABILIZAM A SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES DAS GERAÇÕES ATUAIS E FUTURAS;	MEIOS E ATIVIDADES PARA SE MANTER E VIVER DE FORMA EQUILIBRADA;
	MEIO DE SE VIVER QUE NÃO AGRIDA O MEIO AMBIENTE;	USO CORRETO DOS RECURSOS NATURAIS;
OS QUE RESPONDERAM NÃO	HARMONIA ENTRE A AÇÃO HUMANA E A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA;	UTILIZAR OS RECURSOS NATURAIS DE FORMA RACIONAL;
	DESENVOLVIMENTO PARA O BEM-ESTAR HUMANO SEM DANIFICAR A NATUREZA;	É PROCURAR VIVER UTILIZANDO OS RECURSOS NATURAIS DE FORMA RACIONAL;
OS QUE RESPONDERAM NÃO	AÇÕES QUE VIABILIZAM A INTERAÇÃO DO HOMEM COM O MEIO AMBIENTE SEM AGREDI-LO;	NÃO ENTENDO NADA
	E O MECANISMO DE SOBREVIVER E DESENVOLVER RESPEITANDO A MEIO AMBIENTE.	VIVER COM QUALIDADE DE VIDA, SEM PREJUDICAR O MEIO AMBIENTE.
OS QUE RESPONDERAM NÃO	POR REPRESENTANTES MAIS RESPONSÁVEIS;	MAIS SEGURANÇA;
	MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA E/OU SEGURANÇA PÚBLICA DE QUALIDADE;	ÁGUA TRATADA E COLETA SELETIVA;
OS QUE RESPONDERAM NÃO	PROMOVER AÇÕES ESPORTIVA, CULTURAIS, RELIGIOSAS COMO: CAMPEONATOS DE FUTEBOL, EVENTOS CULTURAIS, PRÁTICAS ESPORTIVAS COM IDOSOS E JOVENS;	SANEAMENTO BÁSICO;
	AMPLIAÇÃO DE OFERTAS DE CURSOS TÉCNICOS, PROFISSIONALIZANTES E INSTALAÇÃO DE CURSOS SUPERIORES E INCENTIVO PRA ESTUDANTES, BUSCANDO PROMOVER A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA;	TRAZER MAIS CURSOS TÉCNICOS E PROFISSIONALIZANTES;
OS QUE RESPONDERAM NÃO	ATITUDES VOLTADAS PARA O CONSUMO E CONTROLE DO DESPERDÍCIO DE ÁGUA;	INVESTIMENTO NAS ÁREAS DE SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICA;
	INSTALAÇÃO DE POLITICAS PÚBLICAS FOCALIZANDO VARIADOS ASPECTOS DE CONUNHO SOCIAL;	MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA
OS QUE RESPONDERAM NÃO	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	AÇÕES MAIS EFETIVAS NA ÁREA DA SAÚDE, COM ATENDIMENTO MAIS FREQUENTE NA ZONA RURAL;
		ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O COOPERATIVISMO;
OS QUE RESPONDERAM NÃO		PROJETOS E AÇÕES QUE OFEREÇAM OPORTUNIDADES PARA OS HABITANTES DO MUNICÍPIO.
		GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA PARA A POPULAÇÃO MAIS CARENTE;

***APÊNDICE II -
QUESTIONÁRIO***

QUESTIONÁRIO

Antes de iniciar o questionário, informamos que o mesmo busca coletar dados que serão utilizados como meio de promover o desenvolvimento local. Pedimos que você preencha corretamente para que possamos conhecer um pouco melhor sua opinião.

1. Seu nome: _____

2. Região/Zona da cidade de Caraúbas onde você mora:

Urbana Rural

3. Você recebe alguma ajuda (bolsa) do governo? Não Sim

4. Em sua opinião os programas sociais melhoraram a qualidade de vida da população em sua localidade:

Melhorou um pouco Ficou estável Melhorou muito
 Piorou um pouco Piorou muito N.D.A

5. Seu município oferece oportunidades, ou há projetos/ações que visem à melhoria da qualidade de vida da população?

Não Sim. Quais? _____

6. Você e sua família tem acesso aos serviços básicos como: educação, saúde e moradia?

Sim Não

7. Há igualdade de acesso, quanto aos serviços básicos prestados pelo município aos cidadãos?

Sim Não

8. Em seu município você caracteriza que há:

<input type="checkbox"/> SEGURANÇA PÚBLICA DE QUALIDADE;	<input type="checkbox"/> RESPEITO ÀS DIVERSIDADES (SEXUAL, RELIGIOSA, CULTURAL);
<input type="checkbox"/> DISTRIBUIÇÃO DE RENDA;	<input type="checkbox"/> ÁGUA ENCANADA EM TODAS AS COMUNIDADES;
<input type="checkbox"/> IGUALDADE DE OPORTUNIDADES;	<input type="checkbox"/> AÇÕES QUE VIABILIZAM O FUTURO -
<input type="checkbox"/> ACESSO DE QUALIDADE À EDUCAÇÃO;	<input type="checkbox"/> PREOCUPAÇÃO COM AS GERAÇÕES FUTURAS;
<input type="checkbox"/> ACESSO DE QUALIDADE AOS SERVIÇO DE SAÚDE;	<input type="checkbox"/> GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA.
<input type="checkbox"/> RESPEITO A NATUREZA;	
<input type="checkbox"/> SANEAMENTO BÁSICO;	

9. Os Conselhos Municipais tem efetividade, ou seja, são atuantes? Sim Não

10. Você já ouviu falar em sustentabilidade? Sim Não

11. O que você entende por sustentabilidade? _____

12. Para você o que deve ser feito para melhorar a qualidade de vida de sua localidade?
